

## O PAPEL DA ASSESSORIA TÉCNICA NA EFETIVAÇÃO DA INCLUSÃO ESCOLAR: RELATO DE EXPERIÊNCIA NO MUNICÍPIO DE CORUMBÁ-MS

Luciane de Jesus Velasquez<sup>1</sup>

### Eixo 1 – Formação e Desenvolvimento Profissional Docente

**Resumo:** Este artigo apresenta um relato de experiência profissional vivenciado em uma unidade escolar do município de Corumbá-MS, no contexto da atuação como assessora técnica do Núcleo de Educação Especial e Inclusão da Secretaria Municipal de Educação. Com o propósito de contribuir para o fortalecimento das práticas inclusivas e qualificar o processo de ensino e aprendizagem, a Secretaria promoveu formações continuadas para toda a Educação Básica da rede municipal. O objetivo deste estudo é relatar a experiência da primeira formação continuada voltada especificamente aos profissionais de apoio educacional que atuam nas escolas municipais. A proposta formativa teve como foco principal o esclarecimento sobre as atribuições desses profissionais, o reconhecimento do perfil dos estudantes acompanhados e o aprofundamento do conhecimento sobre os diferentes tipos de deficiência. Os relatos evidenciaram dúvidas recorrentes quanto às responsabilidades da função, à elaboração do Plano Educacional Individualizado (PEI) e à compreensão dos marcos legais que regem a Educação Especial. Os achados revelam a importância da escuta ativa, da formação continuada contextualizada e da atuação colaborativa como estratégias para o fortalecimento das práticas inclusivas nas escolas.

**Palavras-chave:** Educação especial; Formação continuada; Inclusão.

### Introdução

A Secretaria Municipal de Educação, por meio do Núcleo de Educação Especial e Inclusão, promove, no início de cada ano letivo, a Jornada Pedagógica, destinada a todos os profissionais da rede municipal de ensino. Paralelamente a essa ação coletiva, o Núcleo, por intermédio de sua Assessoria Técnica, realiza formações continuadas nas unidades escolares, organizadas de acordo com as demandas específicas de cada instituição, considerando as particularidades dos estudantes atendidos. A experiência aqui relatada reforça a relevância da formação permanente, com ênfase nos profissionais de apoio educacional, que atuam diretamente nas salas de aula regulares, acompanhando e auxiliando alunos com deficiência. Tais formações têm como objetivo fortalecer as práticas pedagógicas inclusivas, promovendo o desenvolvimento de competências que contribuam para a aprendizagem, a autonomia e a participação efetiva de todos os educandos no contexto escolar.

O Núcleo de Educação Especial e Inclusão atende alunos com deficiência, assegurando o suporte necessário para a efetivação de uma educação inclusiva e de qualidade no âmbito da rede municipal de ensino. Esse atendimento abrange estudantes com diferentes tipos de deficiência, respeitando as singularidades de cada caso e promovendo ações que favoreçam a participação plena e o desenvolvimento integral desses educandos no ambiente escolar, que consiste em:

I – Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial. II – Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra

---

<sup>1</sup> Mestre em Educação, Universidade Católica Dom Bosco UCDB (2024). Graduada em Pedagogia pela FAEL (2012), Graduada em Artes Visuais pela UNIP (2022), Especialista em Educação Especial e Inclusiva pela Faculdade de Educação São Luís (2020), membro do Grupo de Pesquisa Formação, trabalho e Bem estar docente (GEBEM).

especificação. III – Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade (Brasil, 2009, p. 17).

A formação continuada desses profissionais é um dos pilares fundamentais para o fortalecimento da educação inclusiva, pois promove o aprimoramento de práticas pedagógicas, assegura o suporte adequado aos alunos e contribui para o desenvolvimento de um ambiente escolar mais acolhedor e equitativo.

Atualmente, a unidade escolar em que o presente relato se insere atende aproximadamente 60 estudantes público-alvo da Educação Especial, entre manhã, tarde e noite, acompanhados pelo NEEI. Esses estudantes apresentam diferentes tipos de deficiência, entre elas: síndrome de Down, deficiência física, deficiência auditiva e surdez, deficiência visual, deficiências múltiplas e Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Nesse contexto, este relato tem como objetivo apresentar a formação continuada ofertada aos profissionais de apoio de uma unidade escolar da Rede Municipal de Ensino. As atividades foram organizadas de forma diversificada, incluindo a leitura e discussão das atribuições desses profissionais, o registro de dúvidas pertinentes à prática cotidiana e a socialização de experiências relacionadas ao atendimento de alunos com deficiência no ambiente escolar.

O grupo participante era composto por profissionais com diferentes formações e níveis de experiência, entre eles docentes com habilitação em nível médio (curso normal), professores com formação superior, estagiários em processo de formação inicial, além de profissionais com vivência prévia na área e outros que estavam ingressando recentemente na Educação Especial. Essa heterogeneidade evidenciou a importância de propostas formativas que considerem os distintos saberes, trajetórias e necessidades dos participantes, promovendo espaços de escuta, orientação e construção coletiva de conhecimentos voltados à prática inclusiva.

## **Desenvolvimento**

O presente estudo visa destacar a importância da formação continuada como estratégia de apoio e valorização dos profissionais que atuam com alunos com deficiência, reforçando o compromisso com uma educação verdadeiramente inclusiva, conforme preconizado nas diretrizes nacionais da Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva.

Destaca-se, nesse contexto, a importância de investigar e propor estratégias que orientem a oferta de formação na unidade escolar, considerando as demandas concretas apresentadas no cotidiano pedagógico. À luz das dificuldades enfrentadas pelos docentes em anos anteriores, faz-se necessário repensar as ações formativas com o intuito de minimizar fragilidades recorrentes e fomentar práticas pedagógicas mais eficazes e inclusivas neste ano. No entanto, esse processo exige o enfrentamento de desafios relacionados ao planejamento e à implementação de propostas formativas que realmente atendam às necessidades específicas desses profissionais, possibilitando reflexões significativas, ressignificação da prática e qualificação contínua do trabalho docente.

Ferreira e Santos (2016), ao abordarem a estrutura da formação continuada de professores, destacam a importância de que essa formação esteja alinhada com as reais demandas do cotidiano docente. Os autores defendem que as práticas formativas devem ser construídas de maneira contextualizada, considerando as especificidades da atuação pedagógica e as dificuldades enfrentadas pelos profissionais no ambiente escolar. Dessa forma, a formação continuada não deve ser pensada de forma genérica ou desvinculada da prática, mas sim

articulada às necessidades emergentes da escola, promovendo espaços de escuta, reflexão, troca de saberes e ressignificação das práticas pedagógicas.

Uma formação mais sintonizada com as necessidades dos professores será tanto mais efetiva considerando que, assim, mobilizará sua atenção e empenho em articular a teoria e a prática para a resolução de problemas relativos ao ensino e à aprendizagem, refletindo na melhoria da qualidade do processo educativo e, conseqüentemente, de todo o sistema educacional (Ferreira; Santos, 2016, p. 1).

Segundo Tardif e Lessard (2012, p. 23), “[...] a escolarização implica, historicamente, na construção e institucionalização de um novo campo de trabalho, à docência escolar, no qual os métodos de socialização e educação anteriores são reestruturados, eliminados, adaptados ou transformados”. Os autores evidenciam que o processo educativo vem sendo, ao longo da história, constantemente moldado e reorganizado, o que exige dos profissionais da educação uma permanente atualização e adaptação de suas práticas pedagógicas. Nesse contexto, a docência é compreendida como uma atividade em constante reconstrução, que demanda compromisso com a formação continuada, visando responder de forma eficaz às transformações sociais, às novas exigências educacionais e às necessidades dos estudantes.

Para Tardif (1991), o saber fazer do professor está diretamente relacionado à sua experiência prática, sendo construído ao longo dos anos por meio de estratégias e conhecimentos adquiridos no cotidiano da profissão. No entanto, com a chegada da pandemia, muitos desses saberes precisaram ser revistos e adaptados, o que gerou incertezas e desconforto no exercício docente diante das novas exigências do contexto educacional.

Sendo assim, a formação *in loco*, pode compreender a realidade vivenciada pelos docentes no seu ambiente de trabalho, suas dificuldades, suas práticas docentes, assim como, contribuir com sugestões, apoio pedagógico e conhecimentos técnicos específicos.

Tendo em vista a formação destaca-se uma reflexão sobre o trabalho que venho desenvolvendo. Ao revisitar minha prática profissional e registrar essas experiências, uma citação presente na obra “Educação Inclusiva na Prática: experiências que ilustram como podemos acolher todos e perseguir altas expectativas para cada um” chamou particularmente minha atenção, por dialogar diretamente com os desafios e compromissos envolvidos na construção de uma educação verdadeiramente inclusiva.

Rodrigo não pergunta apenas “Como consigo fazer a diferença na vida de pessoas com deficiência?”, mas também “Como podemos causar o maior impacto possível na vida da maior quantidade de pessoas possível?”. Sua abordagem estratégica envolve desenvolver uma boa análise sobre quais são algumas das barreiras que precisam ser removidas, refletir muito sobre maneiras alternativas de removê-las, pensar em escala e sustentabilidade e decidir qual é a melhor opção possível, para então executá-la (Mendes, 2000, p. 09).

Diante da citação mencionada, torna-se evidente a relevância do preparo e do aprimoramento necessários para a construção de uma formação continuada que dialogue com a realidade dos profissionais envolvidos no processo educacional.

Devido ao olhar voltado para a realidade dessa Unidade Escolar, foram elaboradas previamente perguntas direcionadas ao cotidiano escolar dos profissionais de apoio, com o objetivo de compreender melhor suas vivências, percepções e níveis de conhecimento sobre a atuação na Educação Especial. As profissionais foram respondendo e se apresentando para que todos pudessem se conhecer. As questões abordaram aspectos essenciais da prática diária e se

configuraram da seguinte forma: Você conhece o tipo de deficiência do(a) aluno(a) que acompanha? Sente-se preparado(a) para exercer a função de profissional de apoio? Há quanto tempo atua na rede municipal de ensino e, especificamente, na área da Educação Especial? Qual é sua experiência prévia com alunos com deficiência? Você participa da elaboração do Plano Educacional Individualizado (PEI)? Caso não participe, quem é o responsável por esse documento? Possui conhecimento sobre a legislação que rege a Educação Especial e o Atendimento Educacional Especializado (AEE)? O AEE é ofertado aos alunos que você acompanha?

Essas perguntas foram fundamentais para subsidiar a reflexão coletiva, identificar as principais demandas formativas e promover o aprimoramento das práticas inclusivas no contexto escolar.

Nos relatos apresentados pude perceber que alguns profissionais já tinham uma certa experiência e outros nem tanto assim, alguns com muitas dúvidas e outros não, percebi a necessidade de ofertar a legislações e esclarecer dúvidas dos profissionais.

No segundo momento da formação, foi oportunizado um espaço de escuta ativa, voltado à manifestação das necessidades e vivências dos profissionais de apoio. Esse diálogo revelou demandas significativas relacionadas ao cotidiano escolar junto aos alunos com deficiência, proporcionando subsídios importantes para o aprimoramento das práticas inclusivas.

As informações foram organizadas a partir de registros institucionais, documentos produzidos no processo formativo (como roteiros de atividades, fichas de acompanhamento e documentos orientadores), observações diretas e reflexões da autora enquanto agente formadora. O intuito foi sistematizar e analisar as práticas adotadas, destacando os desafios, os avanços e as contribuições da formação no fortalecimento de uma cultura escolar inclusiva.

Entre os principais pontos destacados pelos participantes, chamaram a atenção as dificuldades nas relações interpessoais dentro do ambiente escolar, o sentimento de isolamento, a ausência de planejamento prévio compartilhado para a organização das atividades, bem como a constatação de que, em muitas situações, a inclusão não se concretiza de forma efetiva em sala de aula resultando, por vezes, na ociosidade dos estudantes.

Fomentar o fortalecimento das relações interpessoais no ambiente de trabalho não apenas contribui para um clima organizacional mais saudável, como também influencia positivamente o bem-estar dos profissionais. Nessa perspectiva, Codo (1999) ressalta que vínculos saudáveis no contexto laboral favorecem o equilíbrio emocional e promovem melhorias significativas na saúde física e mental, além de impactarem diretamente na satisfação e realização pessoal dos indivíduos.

Poder contar com suporte social adequado no trabalho está associado com maior satisfação, melhores possibilidades de lidar com conflitos e com situações estressantes, melhores possibilidades de ajustamento e melhora das condições de saúde física e mental, melhores condições pessoais e mais qualidade no trabalho (Codo, 1999, p. 274).

Outro aspecto recorrente nos relatos diz respeito à valorização profissional: os docentes que acompanham alunos com deficiência recebem por meio de horas excedentes, o que impacta negativamente na remuneração mensal e na estabilidade da função.

O aspecto socioeconômico diz respeito à relação entre fatores sociais e econômicos que influenciam diretamente a qualidade de vida e o bem-estar dos indivíduos em determinado contexto social. Esse componente envolve diversos elementos, como a renda familiar, o acesso a recursos financeiros, as oportunidades de trabalho e de formação educacional. Também inclui

questões relacionadas à desigualdade social, à forma como os recursos são distribuídos, à possibilidade de ascensão social e à equidade econômica dentro da sociedade.

Segundo Jesus (2002), é fundamental que os salários dos professores sejam significativamente aumentados, especialmente nos primeiros anos da carreira, com o objetivo de torná-la mais atrativa em comparação a outras profissões que exigem o mesmo nível de formação e qualificação.

[...] os salários de base dos professores deveriam ser aumentados substancialmente, sobretudo nos primeiros anos de docência, de forma a tornar a profissão docente “competitiva”, comparativamente a outras profissões para as quais são necessárias as mesmas habilitações acadêmicas. Tal medida permitiria atrair candidatos com melhores resultados acadêmicos e, logo, provavelmente mais eficazes, podendo contribuir para a melhoria da qualidade do ensino e para o reconhecimento da importância da profissão docente na nossa sociedade (Jesus, 2002, p. 84).

Esses relatos evidenciam que a inclusão escolar, embora prevista em diretrizes legais e pedagógicas, ainda enfrenta múltiplos desafios estruturais, pedagógicos e institucionais, os quais precisam ser enfrentados coletivamente para garantir uma educação de qualidade para todos.

O relato evidenciou a importância da formação continuada oferecida aos profissionais de apoio que atuam na Rede Municipal de Ensino de Corumbá-MS. Busca-se analisar como esses processos formativos contribuem para o aprimoramento das práticas pedagógicas inclusivas, considerando os desafios cotidianos enfrentados por esses profissionais no atendimento aos estudantes público-alvo da educação especial. A qualificação constante ofertada é fundamental para garantir uma atuação mais consciente, ética e comprometida com os princípios da inclusão, promovendo, assim, o desenvolvimento integral dos educandos e o fortalecimento das ações interdisciplinares no ambiente escolar.

No município de Corumbá-MS, a Rede Municipal de Ensino é composta por trinta e sete unidades escolares, distribuídas entre Centros de Educação Infantil (CEMEIs) e escolas de Ensino Fundamental – anos iniciais e finais. Essas unidades estão localizadas em áreas urbanas, rurais e ribeirinhas, incluindo as chamadas Escolas das Águas, que atendem comunidades em regiões de difícil acesso.

Atualmente, cerca de 900 estudantes são acompanhados pelo Núcleo de Educação Especial e Inclusão, número que abrange tanto alunos com laudo médico quanto aqueles que se encontram em processo de investigação diagnóstica, em acompanhamento com especialistas como neurologistas, em busca de uma definição clínica mais precisa.

Para garantir o apoio necessário aos estudantes público-alvo da educação especial, o município conta com aproximadamente 235 profissionais de apoio educacional, entre estagiários, profissionais com formação em curso normal médio e docentes habilitados em nível superior. Esses profissionais exercem um papel fundamental no processo de inclusão escolar, atuando diretamente nas salas de aula regulares e colaborando com os demais membros da equipe pedagógica para promover a participação e o desenvolvimento dos alunos com deficiência ou outras necessidades educacionais específicas.

É importante destacar que o número de estudantes atendidos pelo Núcleo de Educação Especial e Inclusão não é fixo, uma vez que oscila ao longo do ano letivo, conforme a matrícula de novos alunos na Rede Municipal de Ensino. Esse número pode se alterar tanto pela inclusão de estudantes com laudo médico já emitido, quanto por aqueles que ingressam na rede com indícios de deficiência e que se encontram em processo de avaliação diagnóstica, muitas vezes



encaminhados para acompanhamento com especialistas, como neurologistas, psicólogos e fonoaudiólogos.

Esse dinamismo exige do Núcleo de Educação Especial uma constante reorganização do atendimento, visando garantir que nenhum estudante tenha seu direito à educação inclusiva negligenciado. Assim, a oferta de suporte pedagógico especializado e a alocação de profissionais de apoio precisam ser continuamente ajustadas às novas demandas, reforçando a importância de um sistema flexível, responsivo e comprometido com a equidade no processo educacional.

**Tabela 1 – Dados do Núcleo de Educação Especial e Inclusão da Rede Municipal de Ensino de Corumbá-MS**

Unidades Escolares	Profissionais de Apoio (Estagiários)	Profissionais de Apoio (Normal Médio)	Profissionais de Apoio (Professores)	Alunos Atendidos pelo NEEI
37	39	103	93	840

Fonte: do Núcleo de Educação Especial e Inclusão da Secretaria Municipal de Educação de Corumbá-MS (2025)

Os profissionais de apoio desempenham um papel fundamental ao prestar suporte individualizado aos alunos com deficiência no ambiente da sala de aula, contribuindo para sua participação efetiva nas atividades escolares. Durante o encontro, foi enfatizada a importância de favorecer a autonomia dos estudantes, respeitando suas potencialidades e incentivando o desenvolvimento de habilidades já adquiridas.

No final da formação foram propostas práticas pedagógicas voltadas ao fortalecimento da autoestima e à promoção da independência por meio de atividades de vida diária (AVD), tanto no ambiente escolar quanto no contexto familiar. Tais atividades visam estimular a funcionalidade e a autoconfiança dos alunos, favorecendo sua inclusão plena e significativa.

No município há suas legislações próprias que foram homologadas no diário oficial da cidade, são essas atribuições dos profissionais de apoio na rede municipal de ensino de corumbá:

Auxiliar na participação do estudante em sala junto aos professores, na organização dos materiais, rotinas e tarefas; Interagir com os professores regentes, de áreas e coordenação para o bom andamento dos trabalhos pedagógicos; Auxiliar o estudante na participação das atividades escolares e extracurriculares, desenvolvidas na unidade escolar, mediação que precisa ser orientado pela equipe pedagógica quanto às suas ações para realizar a intervenção de acordo com o planejamento dos professores; Obter conhecimento prévio e domínio dos conteúdos e temas trabalhados pelo professor; Oportunizar autonomia, independência e valorizar as ideias dos estudantes desafiando-os a otimizar o planejamento de sua atividade; Incentivar o relacionamento interpessoal do estudante na turma e na comunidade escolar; Auxiliar na locomoção do estudante e nas atividades de vida diária, por meio de cuidados, orientações e estímulos, visando à aquisição de hábitos saudáveis de alimentação; de higiene e demais condições necessárias ao seu pleno desenvolvimento; Priorizar a necessidade e/ou especificidade de cada estudante, atuando como mediador do processo ensino-aprendizagem; Atuar de forma colaborativa com os profissionais que atendem o aluno, na elaboração do Plano Educacional Individualizado/PEI do aluno da Educação Especial; Elaborar relatório e/ou diário de bordo com registro

preciso do acompanhamento e o progresso e desenvolvimento do estudante. (Corumbá, 2022).

Os profissionais de apoio que atuam nesta unidade escolar apresentam perfis formativos distintos, compondo um grupo heterogêneo em termos de formação e experiência. Em sua maioria, são profissionais com habilitação em curso normal médio — uma formação técnica de nível médio, com duração de dois anos — que os capacita a atuar no atendimento educacional de estudantes com deficiência, conforme a demanda da Rede Municipal de Ensino.

Para atender às necessidades dos alunos da Educação Infantil e do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental I, são designados, conforme a especificidade de cada caso, profissionais com formação em curso normal médio ou estagiários em formação nas áreas de Educação. Esses profissionais exercem um papel fundamental no apoio direto ao processo de ensino e aprendizagem dos estudantes público-alvo da Educação Especial.

Além desses, há também profissionais com formação superior em Pedagogia ou áreas afins, que possuem especialização em Educação Especial. Esses docentes geralmente acompanham os alunos do Ensino Fundamental II, com um olhar mais direcionado e uma atuação intencional, favorecendo intervenções pedagógicas mais qualificadas, de acordo com as especificidades apresentadas por cada estudante.

Essa diversidade formativa entre os profissionais de apoio evidencia a importância da formação continuada e da atuação colaborativa no contexto escolar, promovendo ações inclusivas e assegurando o direito à aprendizagem dos estudantes com deficiência e demais condições que caracterizam o público-alvo da Educação Especial.

O profissional de apoio que atua diretamente na sala de aula com alunos com deficiência desempenha um papel fundamental no processo de ensino e aprendizagem desses estudantes. Sua atuação vai além do acompanhamento físico: trata-se de um agente mediador que contribui para o desenvolvimento da autonomia, da participação e da aprendizagem, a partir de propostas pedagógicas intencionais e intervenções adequadas às necessidades educacionais específicas de cada aluno.

A designação de um profissional de apoio tem origem na necessidade pedagógica identificada pela unidade escolar e encaminhada à Secretaria Municipal de Educação (SEMED). No contexto do município, o laudo médico não é considerado uma condição obrigatória para a inclusão escolar; o que determina a necessidade de apoio é a avaliação pedagógica da escola, baseada no grau de comprometimento do estudante nas atividades de vida diária (AVDs). A partir dessa análise, e em diálogo com os responsáveis, é ofertado ao aluno o Atendimento Educacional Especializado (AEE) no contraturno escolar, como forma de promover os estímulos adequados ao seu desenvolvimento global.

## Considerações Finais

O presente estudo evidenciou a promoção de práticas pedagógicas inclusivas e no atendimento qualificado aos estudantes público-alvo da Educação Especial. A qualificação constante desses profissionais revela-se imprescindível para garantir uma atuação ética, reflexiva e alinhada às demandas específicas de cada aluno, favorecendo sua autonomia, participação efetiva e desenvolvimento integral no ambiente escolar.

Foi possível identificar, por meio das vivências e relatos dos próprios profissionais, que os desafios enfrentados são múltiplos e complexos, envolvendo aspectos pedagógicos, sociais e socioeconômicos, como o fortalecimento das relações interpessoais, a valorização profissional, a adequação do planejamento pedagógico e a superação das barreiras estruturais à inclusão. Esses elementos apontam para a necessidade de ações articuladas e contínuas que promovam o suporte necessário, tanto na formação quanto no acompanhamento das práticas diárias, garantindo a efetividade do Atendimento Educacional Especializado e a real inclusão dos estudantes com deficiência.

Além disso, destaca-se a relevância da construção colaborativa entre equipe pedagógica, profissionais de apoio, famílias e demais atores envolvidos, de modo a assegurar o respeito às singularidades e o exercício pleno dos direitos educacionais dos alunos. A compreensão do papel do profissional de apoio como mediador e agente facilitador do processo ensino-aprendizagem reforça a centralidade desse trabalho para a concretização de uma educação democrática, acessível e equitativa.

Por fim, reafirma-se a importância do compromisso institucional e político na garantia de condições adequadas para que a inclusão se efetive, desde a valorização salarial e formação adequada dos profissionais até a oferta de recursos e planejamento pedagógico integrado, elementos indispensáveis para o avanço e a consolidação de uma educação verdadeiramente inclusiva no município de Corumbá.

## Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 192, p. 17-20, 9 out. 2009.

CODO, Wanderley (coord.). Educação: carinho e trabalho. Petrópolis: Vozes/ Brasília: Confederação Nacional dos trabalhadores em Educação/Universidade de Brasília: **Laboratório de Psicologia do Trabalho**, 1999.

CORUMBÁ (MS). **Diário Oficial do Município de Corumbá**. Corumbá, MS, ano XI, n. 2.555, 16 dez. 2022. Disponível em: <https://do.corumba.ms.gov.br>. Acesso em: 20 jul. 2025.

FERREIRA, Janaina da Silva; SANTOS, José Henrique dos. Modelos de formação continuada de professores: transitando entre o tradicional e o inovador nos macrocampos das práticas formativas. **Cadernos de Pesquisa**, São Luís, v. 23, n. 3, p. 01-15, set./dez. 2016.

JESUS, S. N. D. **Motivação e formação de professores**. Coimbra: Quarteto Editora, 2002.

MENDES, Rodrigo Hübner (org.). Educação inclusiva na prática: experiências que ilustram como podemos acolher todos e perseguir altas expectativas para cada um. São Paulo: **Fundação Santillana/Moderna**, 2020. ISBN 978-85-63489-48-7. Prefácios: Fernando



Reimers; Lino de Macedo.

TARDIF, Maurice *et al.* Os Professores Face ao Saber: esboço de uma problemática do saber docente. **Teoria & Educação**, Porto Alegre, n.º 4, p.215 - 233, 1991.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. **O trabalho docente**: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2012